azambuja
A evolução é natural

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2013

----Aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro de 2013, pelas 20h25m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ----------

ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO: "ESTADO DO MUNICÍPIO"

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Srs. Vera Lúcia Brás dos Santos e Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. ----------

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores, Dina Teresa Sousa Patrício, Armando Calisto, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, António Rodrigues Torrão, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, António Barros de Andrade, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Luís Eduardo Salvaterra da Silva e Sério Paulo Rodrigues Ramos Jorge ----------

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge Lopes, Vereadores. ----------

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e informar das ausências justificadas dos Srs. Deputados Municipais António Batista Marques e Pedro Duarte Coelho que foram substituídos, respectivamente, pelos Srs. Armando Calisto, António Barros de Andrade. ----------

Após ter dado nota da forma como iria conduzir esta reunião, o Sr. Presidente da Assembleia disse estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que assim sendo estavam reunidas as condições para dar início aos trabalhos. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia no público quem quisesse intervir. - ----------

----Não havendo intervenções por parte do público, o Sr. Presidente deu início ao período da Ordem do Dia. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

ORDEM DO DIA

Ponto Único: "ESTADO DO MUNICIPIO"

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a Palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ------

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a sua intervenção com a apresentação de um trabalho em "Power Point". Este trabalho teve como objetivo fazer a descrição da evolução do Município desde 2001 (data do inicio do seu 1°mandato) até 2012, fazendo referência a todas as áreas intervencionadas, a saber: Poder de Compra per Capita, População Desempregada /Taxa de Desemprego/Número de Pessoas Inscritas no Centro de Emprego, Ganho Médio Mensal, Gestão Municipal e Plano Estratégico "Azambuja 2025". ----------

---- A seguir, pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Começou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara por, finalmente, depois de um ano de "ameaças" de que iria apresentar uma listas contendo as obras todas, ter chegado a informação com detalhe. Acrescentou que teria sido extraordinariamente bom que a listagem tivesse chegado ao conhecimento da Assembleia com duas semanas de antecedência para que os Deputados pudessem discutir os assuntos em condições. Uma vez que o Sr. Presidente, com este trabalho, pretendeu surpreender a Assembleia, referiu que também ele o pretendia surpreender, pelo que nada do que foi apresentado o surpreendia a ele, Deputado Municipal Daniel Claro, uma vez que há já muito tempo que tinham tomado consciência do estado em que se encontravam as coisas. Há muito que foi dito neste órgão que o indicador do poder de compra, no nosso caso, não indica absolutamente nada. O que havia que estudar era a composição desse poder de compra e de quem usa e onde é que o usa. Estatisticamente vive aqui muita gente que trabalha e compra em Lisboa e que tem maior poder económico perante aqueles que trabalham, compram e vivem no concelho porque, na generalidade, têm empregos pior remunerados. Disse também que o que lhe interessava discutir não eram os indicadores estatísticos de compras mas antes o produto final, ou seja, aquilo que contribui para a vida do dia-a-dia dos munícipes do concelho. ----------

Quanto aos dados sobre o desemprego, o Sr. Deputado disse que a surpresa só terá sido para o Sr. Presidente da Câmara, na medida em que este assunto já tinha sido falado por várias vezes nesta Assembleia. O BE tinha, inclusivamente, apelado para que se estudasse a composição do desemprego porque, com o número de postos de trabalho referidos pelo Sr. Presidente que, para seu espanto, não foram colocados no documento, há muito tempo que o concelho se tornou exportador de postos de trabalho, ao mesmo tempo que o desemprego local tem aumentado. Tinha que ter sido feito o estudo da composição etária do desemprego e fazer a correlação disso com os postos de trabalho criados, em termos de estratégia macroeconómica. Disse também não ser surpresa o facto de as receitas terem começado a quebrar em 2009, uma vez que toda a gente sabia exceto o Sr. Presidente da Câmara, que começou a fazer um conjunto de obras a partir de 2008, muitas delas desnecessárias, sem levar em linha de conta essa dita quebra. E porquê? Porque havia eleições em 2009. Sobre a diminuição do número de trabalhadores referida pelo Sr. Presidente, o Sr. Deputado Municipal disse que o BE tinha apelado, por diversas vezes, para que fosse discutido em Assembleia Municipal o balanço social da câmara. O que conta, neste caso, não é a diminuição do número de trabalhadores, mas sim a composição e a

alteração da composição dos trabalhadores municipais. Ao mesmo tempo que os quadros técnicos aumentavam exponencialmente e se reduziam os quadros de escalões mais baixos, aumentava a despesa em termos de "outsourcing". Esta era a análise que, do seu ponto de vista, se devia fazer. ----------

Quanto ao investimento per capita, referiu que neste caso, sim, houve surpresa na medida em que Aveiras de Cima, a 2ª freguesia do concelho, apresenta no documento apenas aquele investimento per capita, depois de todas as promessas que lá foram feitas, todavia apenas para ganharem a maioria absoluta. ----------

Relativamente ao Plano Mateus disse que este plano é desajustado, na sua génese. Parte de pressupostos hoje completamente ultrapassados e não é mais do que a inventariação de uma série de coisas que só o Sr. Presidente da Câmara é que pensa que podem ser levadas à prática. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho. Lamentou que o Sr. Presidente da Assembleia não tivesse informado as restantes bancadas de que era possível fazer apresentações em "power point". Depois disse concordar em muitos aspetos com o que foi referido pelo Deputado Municipal Daniel Claro, e que o trabalho apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara foi uma forma de manipular dados e de os vender, embora não tenha sido nenhuma surpresa nem traga nada de novo. Relativamente aos funcionários municipais disse que o Sr. Presidente da Câmara não tinha feito a comparação do que gastava em salários em 2001 e em 2012, e que teria sido importante analisar esse número para tentar perceber onde é que houve diminuição. Quanto ao plano estratégico, o Sr. Deputado Municipal disse que este assunto lhe fazia lembrar a campanha eleitoral de 2009, que era continuar a vender o mesmo produto sem se aplicar na prática. ----------

---- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro dizendo que no que toca às receitas municipais houve uma falta de visão estratégica. Já se estava a viver uma crise mundial, europeia e portuguesa e o Sr. Presidente da Câmara continuou a gastar dinheiro como se não houvesse amanhã. Relativamente ao plano estratégico disse que era de "gargalhada", uma vez que, apesar de ultrapassado, continuava a mencionar as mesmas obras, sabendo-se que não irá haver dinheiro para realizar 1/10 das mesmas. ----------

---- Pediu para intervir a seguir o Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa. Disse respeitar o papel da oposição, no entanto, em sua opinião, era importante não esquecer que o trabalho apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara era um resumo do trabalho desenvolvido nos últimos dez anos. Lamentou que ninguém fizesse reparo ao que era Vila Nova de S. Pedro há dez anos atrás. Uma freguesia que não tinha esgotos, calçadas, iluminação pública, ou seja, não tinha nada. Era uma freguesia que distava a anos-luz das restantes freguesias do concelho. Apesar do que foi feito e sendo certo que o PS cometeu alguns erros, quando se analisam 700 empreitadas, quase 70 milhões de euros de investimento, o importante era assumir claramente que o trabalho que foi feito e desenvolvido nestes últimos doze anos pelo PS foi um trabalho honesto. Azambuja é hoje uma Vila mais moderna e as freguesias do concelho têm também hoje mais qualidade de vida. De todos os trabalhos desenvolvidos o Sr. Deputado Municipal deu como exemplo o esforço feito ao nível da educação, nomeadamente, nas escolas, bibliotecas, pessoal qualificado, etc.. Na sua perspetiva, este Executivo, liderado pelo Dr. Joaquim Ramos, tem sido sério e olhou para o Concelho de Azambuja como um todo. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

---- O Sr. Deputado António Godinho tomou a palavra dizendo que se o Ex-presidente João Benavente estivesse presente nesta sessão não deveria ficar nada contente com o teor desta última intervenção, na medida em que fazia crer que durante os seus mandatos nada tinha sido feito. Tudo o que se fez, foi a partir de 2002. O Alto Concelho tem uma densidade populacional baixa, portanto os investimentos que lá foram feitos divididos, pura e simplesmente, per capita é óbvio que dá discrepâncias que precisam de ser corrigidas. Assim, referiu que o "power point" foi muito interessante mas não acrescentou nada de novo, apenas demonstrou, uma vez mais, como se podem manipular os dados. Quanto ao pessoal da Câmara salientou não ter dúvida nenhuma que a Câmara está melhor servida do que estava antes, não tendo nada a apontar nesse aspeto, apenas se tinha limitado a comentar o gráfico apresentado. ----------

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Começou por fazer uma censura à Câmara porque já no ano passado, por altura da discussão do estado do município, a Câmara não adiantou nenhuma documentação genérica como esta para que se pudesse contraditar. Mais uma vez isso aconteceu. Toda a gente sabe que os dados estatístico, quando são expurgados do seu contexto, podem ser manipuladas e distorcidos tal como hoje aconteceu. Bastava ter pedido aos serviços para contextualizar esses dados em 2013. Em sua opinião, o que se tentou fazer com este trabalho foi uma justificação dos mandatos do Sr. Presidente da Câmara desde 2002, excluindo o que estava para trás. Fez notar que o Sr. Presidente da Câmara não tinha começado do zero. Começou em 2002 com alguma obra feita dos seus antecessores, incluído dois mandatos seguidos da CDU. Acrescentou esperar que o seu sucessor não venha depois dizer que o Concelho só começou após 2013. ---------

Em relação ao Plano Mateus disse não gostar de falar de fantasmas. Anteriormente foi o fantasma das contrapartidas da Ota, agora temos o Plano Estratégico. A maior parte dos planos de pormenor que lá estão contemplados não tem viabilidade e o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento disso. Alguns só lá estão para influenciar o PDM. Na sua opinião, tudo o que é especulação imobiliária devia parar. Sobre o desemprego disse concordar com tudo o que foi dito pela Coligação PFNT e pelo BE. O Deputado Lúcio Costa fez uma observação sobre aquilo que a Câmara apresentou mas não foi profundo na sua análise, exatamente, porque não tem dados. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques interveio para dizer que Vila Nova da Rainha está beneficiada em relação às restantes freguesias por ter uma zona industrial que fornece os produtos que a Junta pede, nomeadamente, fruta, leite, cereais, etc. A sua freguesia tem um campo de futebol com relvado sintético, tem o melhor edifício da Junta, tem boas instalações ao nível do desporto e atletas de nível nacional em algumas modalidades, etc. Tem tudo o que faz falta e quando não tiver pedirá apoio aos administradores das empresas que lá estão sediadas. A festa de Natal que a junta organiza para as crianças será, talvez, uma das melhores do País, com brinquedos oferecidos pelo Grupo Sonae. Outra iniciativa da sua Junta é o passeio anual de idosos, que também têm o patrocínio daquele Grupo. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio a seguir para, em jeito de graça, pedir ao Sr. Presidente da Concelhia do PS para colocar o Sr. Joaquim Marques como cabeça de lista à Câmara anunciando, desde já, que o seu voto será favorável. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila nova da Rainha teve o mérito de conseguir aquilo que o Sr. Presidente da Câmara não foi capaz de fazer e que foi apelar à responsabilidade social de algumas empresas que estão implantadas neste Concelho.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Lúcio Costa, disse que tinha começado bem, defendendo com empenho a "sua dama". Depois aconteceu-lhe o que normalmente falta quando o argumento é escasso. O País está hoje muito diferente do que era há 12 anos atrás. Todos os Concelhos investiram na mesma proporção, ou praticamente na mesma, que o Concelho de Azambuja, conforme é referido pela ANMP. O País teve uma grande transformação. A grande diferença é entre aqueles que investiram cuidando da sustentabilidade e entre aqueles que gastaram tanto dinheiro em obras como, por exemplo, a Recuperação Urbana de Azambuja que, ainda assim, apresenta hoje sinais evidentes de degradação e não há dinheiro para obviar essa situação. ----------

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis querendo saber se existem dados disponíveis sobre o numero de jovens licenciados desempregados no concelho e quais as perspetivas de futuro. ----------

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa pediu a palavra mais uma vez dizendo compreender o desespero de algumas forças políticas do Concelho, numa altura em que se aproximam as eleições, no sentido de procurarem apoios. Reafirmou que há 10 anos atrás, quando o Dr. Ramos chegou, Vila Nova de S. Pedro, Maçussa e Manique do Intendente não tinham esgotos ao contrário de outras freguesias como, Azambuja, Aveiras de Cima e Vila Nova da Rainha que já os tinham desde o pós 25 de Abril. Disse ter referido também que, provavelmente, um dos erros do PS foi não ter investido mais no Alto Concelho, cujas freguesias foram dotadas de alguns investimentos mas, mesmo assim, ainda está a anos-luz das outras freguesias.

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Ao longo da sua exposição referiu que havia 3 quadros que, com certeza, iriam constituir uma surpresa para os Srs. Deputados Municipais. Um deles, o gráfico da evolução dos recursos humanos, porque nas anteriores assembleias tinha ouvido intervenções que referiam o grande empolamento, basicamente à custa de amigos e familiares, dos quadros municipais. Por isso, segundo dados técnicos que provam, desde 2002 até hoje, que nos quadros técnicos diminuíram 50 pessoas. Outro, foi quando apresentou os investimentos per capita porque, também em assembleias municipais anteriores, sistematicamente, os Srs. Deputados Municipais diziam que ele sempre tinha centrado o investimento em Azambuja ou, quando muito, numa linha divisória que passa pela Guarita. Assim sendo, quando demonstrou que nas 3 freguesias onde o investimento per capita foi maior, exatamente as freguesias do Alto Concelho, julgou que iria surpreender os senhores Deputados. Esclareceu que para ele, Presidente de Câmara, não é surpresa porque diz respeito a uma estratégia que segue há onze anos. O terceiro: a dívida municipal. Como os Senhores Deputados têm vindo a fazer cenários apocalíticos com a dívida municipal e com a insustentabilidade do município face à sua fúria devoradora de orçamentos municipais, pensou que seria uma surpresa constatarem que num ano se reduziu a dívida municipal em 3,5 milhões de euros.----------

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Municipal David Mendes disse que a CDU não lhe tinha entregado nenhuma cópia da sua intervenção de fundo, pelo que também não vai poder contraditá-la. ----------

Sobre o apelo à participação social das empresas, o Sr. Presidente da câmara informou que isso é feito no dia-a-dia. Existem protocolos entre as várias empresas

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

de logística da região e as IPSS´s do Concelho sendo a centralização feita pela Câmara. Embora não sendo a desejável, essa cooperação já tem um nível muito significativo. Esclareceu que os dados sobre o desemprego estão no site da Câmara, no GIP, podem ser consultados não sendo, por isso, necessário trazê-los. ----------
Quanto aos dados fornecidos pelo INE disse que o Presidente da Câmara de Azambuja ainda não tem poderes para os manipular. A dívida do município é uma dívida perfeitamente controlada, que o próprio governo reconhece que é uma dívida média, em termos autárquicos, mas para o PSD é uma dívida brutal. ----------
No que diz respeito ao Plano Mateus disse que um plano estratégico não é um conjunto de objetivos nem de promessas eleitorais. É uma proposta de médio-longo prazo que, depois de aprovado e adotado, será utilizado por todas as forças vivas do Concelho. Se se percorrer os 3 eixos mencionados no plano estratégico, verificar-se-á que não se encontra uma única obra de iniciativa municipal. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes voltou a intervir dizendo que, quando o censurou por não ter facultado a documentação, foi no sentido de estarem todos melhor preparados, tendo em vista um diálogo mais profícuo e mais positivo. Em relação à manipulação dos dados que referiu na sua intervenção anterior deu o seguinte exemplo: "Os dados apresentados indicam um investimento per capita em Azambuja, mas referem-se à freguesia na sua totalidade e não à Vila, sendo que a maior parte desse investimento foi feito na Vila. Assim sendo, se tivesse sido feita a divisão daquele valor só pelos habitantes de Azambuja, aquele valor iria disparar. Aquela informação está descontextualizada, pelo que os Deputados Municipais não podem digerir a informação desta maneira". Quanto ao plano estratégico disse que era um plano bom mas para estar na gaveta. Aquele plano está completamente dependente dos investimentos privados, os prazos têm que ser reestruturados e é um plano estratégico do Partido Socialista. Uma outra força politica que venha a ganhar a Câmara poderá aproveitar uma coisa ou outra dele mas não o adotará. Terminou dizendo que nunca iremos ter um plano estratégico mas, ainda assim, o Concelho terá desenvolvimento. ----------
---- Após um curto intervalo, de cerca de cinco minutos os trabalhos foram retomados. ----------
---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro para fazer a sua intervenção, conforme a seguir se transcreve: ----------

"Estado do Município – Azambuja, 25 de Janeiro de 2013

Na 4.ª feira dia 23 de Janeiro o CLAS votou um parecer técnico sobre a criação de meia dúzia de cantinas sociais, vulgo "sopas dos pobres", em várias freguesias do concelho de Azambuja. Este é... o Estado do Município! Nesta Assembleia falarão alguns que Azambuja está bem colocada no ranking da qualidade de vida entre os concelhos portugueses omitindo que essa classificação é feita comparando realidades que não são comparáveis na frieza estatística. Falarão outros - e com razão - que uma política governamental de insensibilidade social e destruição económica nos conduziu aqui.... outros ainda, que a política camarária, despesista, sem estratégia e ao sabor de oportunidades duvidosas e lobbyzinhos caseiros, aprofundou a crise e tornou-nos reféns da descrença...! A verdade é que se falarmos com as pessoas na rua sentimos o seu desespero, se falarmos com os agentes económicos sentimos a sua desconfiança, se falarmos com a oposição política sentimos a sua excitação com as eleições

que se aproximam e finalmente se falarmos com a maioria que governa a câmara sentimos a sua irresponsabilidade estratégica perante o estado a que chegou o Município de Azambuja. --- Quando em 29 de Abril de 2010 o Bloco de Esquerda, analisando aquilo que já se perspectivava, propôs a esta Assembleia a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Económico e Social para os três anos seguintes, quando propôs na mesma altura a criação de um Fundo de Emergência para Apoio à Economia Local e um Fundo de Apoio de Emergência para o combate à Pobreza e Desigualdade Social, assentes numa renegociação das denominadas "contrapartidas do aeroporto de Ota", todos os partidos aqui representados votaram contra - com excepção da CDU – perdendo-se assim uma oportunidade de em tempo e com tempo, termos preparado as respostas para este estado do município! ----------
A verdade, para além da "espuma dos dias", é que quando em 18 de Junho de 2011 (anterior Assembleia dedicada ao "Estado do Município) o BE voltou a referenciar estas propostas e apresentando um olhar estratégico diferente sobre a realidade económico-territorial do concelho, avançou com sugestões como a reorganização das estruturas camarárias que considerámos sobredimensionadas e a elaboração sequencial de um Orçamento de base 0 que permitisse aferir da pertinência de determinados gastos. Propusemos nessa altura, igualmente, a criação de um Boletim de Emprego e a criação de um Conselho Económico, bem como a afectação – através de negociações com o governo – de terrenos da Colónia Penal ao património camarário, permitindo assim a criação de um verdadeiro Parque Industrial! A tudo isto o executivo camarário deu uma lapidar resposta: trata-se de uma utopia! Sabemos hoje que, afinal, a utopia eram as 4 vias da Nacional 3, os campos de golfe, os sucessivos hotéis anunciados, a zona comercial e administrativa nos terrenos da antiga Opel, a variante e a zona industrial de Aveiras de Cima, a recuperação do esteiro, da vala real e do Castro de Vila Nova de S. Pedro e etc... etc...etc... acrescendo um Plano Estratégico, marca Augusto Mateus, desajustado logo na sua génese e irrelevante na situação atual! Em troca, temos realidades como a penalizadora privatização da gestão do abastecimento de água, uma Praça de Touros (para não sermos o único concelho do Ribatejo sem praça, mas podemos ser o único concelho na região sem piscinas), campos de futebol relvados em lugares que geram encargos mas não mais-valias desportivas, as tarifas de águas, saneamento e resíduos sólidos mais caras da região e vemos um executivo sem liderança política que aos poucos, sem capacidade de reacção, vai perdendo serviços públicos importantes e pelo meio nem sequer teve a capacidade de se impor à EPAL no triste e folclórico episódio do cano da água, enquanto no que toca ao conflito com as Águas do Oeste vamos pagar 1 milhão e 300 mil euros sem que a situação que serviu de pretexto a essa dívida esteja realmente resolvida! Mas há uma outra realidade mais dramática quando por força de algumas "Obras" que nunca serão investimento e feridas de sustentabilidade (com excepção da Educação), nos confrontamos com uma dívida - somados os juros e a liquidação da EMIA - não andará longe dos 27 milhões de euros, num concelho que com o abrandamento da actividade económica não gera meios suficientes para

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

lhe fazer face, ficando assim refém de um governo e um ministro das finanças que já deram mostras de serem tudo menos confiáveis! Este é o "Estado do Município" de Azambuja! ---------
Impõe-se agora, olhar o futuro de frente com coragem política! O BE reafirma a sua análise estratégica que apresentou em Junho de 2011! O concelho de Azambuja, do ponto de vista socioeconómico apresenta-se com "4 zonas de desenvolvimento diferenciado" em torno de "3 eixos de desenvolvimento económico" confluindo na formulação de um adequado "Plano de Desenvolvimento Integrado". Do ponto de vista de ordenamento e planeamento do território considerámos 4 zonas: o Alto Concelho; Aveiras de Cima/Alcoentre; Casais da Lagoa/Azambuja/Vila Nova da Rainha e finalmente uma zona de elevado potencial, esquecida na definição de políticas locais, a Lezíria do Tejo. ----------
Cada uma delas apresenta desafios diferentes que deverão encontrar resposta nos "3 eixos de desenvolvimento": eixo de desenvolvimento **industrial**, favorecendo a implantação de indústrias de bens transaccionáveis e ligadas à agro-indústria (não são por acaso os sucessos empresariais da Sugal, Sivac, etc.), caso de, principalmente, da zona de Aveiras/Alcoentre, mas também Azambuja/Vila Nova da Rainha; eixo de desenvolvimento **agrícola**, potenciando a Lezíria do Tejo e as capacidades vinícolas da zona do "bairro" e eixo **educativo-cultural** com uma aposta forte na educação, no desporto e na oferta de um turismo cultural com incidência fundamental na riqueza histórica, especialmente no Alto Concelho e na riqueza das tradições rurais e sociais da Lezíria do Tejo. Estruturaríamos assim 3 plataformas de irradiação de desenvolvimento, com Aveiras/Alcoentre principalmente na área da **indústria**; Azambuja, como pólo **educativo, administrativo e desportivo** de desejada excelência, economicamente assente num forte sector de **serviços** e promovendo em diálogo com as empresas a requalificação do parque industrial constituído; finalmente uma plataforma de irradiação **turística-cultural** assente na história do Alto concelho e nas tradições da Lezíria. ----------
A criação de um Gabinete de Apoio à Atividade Económica, assente quer em recursos humanos que a necessária reestruturação dos serviços camarários permitirá libertar, quer em colaboração com as Escolas do Concelho ou Institutos Politécnicos, terá de assumir-se como prioridade atento o baixo nível de cultura empresarial e a constatação que mais de 70% dos projectos empresariais financiados ao abrigo de programas específicos, acabam por falhar nos primeiros 5 anos devido precisamente a esses factores! A juntar a estes conceitos impõe-se a criação de instrumentos facilitadores de uma **economia de proximidade** partindo de experiências europeias como o programa "Atlântico" ou, mais próximo de nós, as boas práticas nesta área de concelhos como Aveiro e Idanha-a-Nova. ----------
Para conseguir isto, numa conjuntura de estrangulamento financeiro, a forma e a substância da gestão camarária tem de mudar radicalmente! O primeiro pressuposto é o intenso e descomplexado diálogo com a sociedade civil. O tempo do "nevoeiro" na decisão política chegou ao fim! À manutenção do Conselho Municipal de Educação e do CLAS é imperioso que se junte a criação de um Conselho Associativo, presidido cada um deles pelo vereador do

pelouro, girando em torno e confluindo num Conselho Económico Social, presidido pelo Presidente da Câmara e onde terão assento representantes dos outros conselhos, mas igualmente empresas, empresários, associações cívicas, empresariais e sindicais e que constituirá um fórum facilitador do diálogo em torno de propostas para o desenvolvimento integrado do concelho. ----------

A relação com as freguesias também, nesta conjuntura, terá de sofrer alterações: como princípio base, a Câmara deverá reservar para si as possíveis obras que dependam de fundos estruturais europeus e descentralizar para as freguesias isoladamente ou em conjunto para certas matérias, as verbas para as obras locais, protocolando com elas que uma parte deve ser aplicada segundo princípios de **orçamento participativo,** o que em conjunto com o diálogo com a sociedade civil proposto acima, contribuirá para aproximar as pessoas da decisão política, reforçando a democracia participativa. ----------

Toda esta nova forma de encarar os tempos, através de uma gestão participada, com políticas de incentivo à responsabilidade social das empresas (algumas das quais, bem importantes, não pagam localmente qualquer imposto), conjugadas com uma reorganização interna da Câmara – hoje é claramente errado a manutenção da DIOM em paralelo com o Urbanismo – terá de permitir a libertação de recursos que serão fundamentalmente alocados em dois vectores de enorme responsabilidade neste dias e que terão de ser prioritários: a **educação** e o **apoio social**! ----------

Nesta voragem de megalomania que os partidos alternantes no poder empurraram a sociedade portuguesa, muitos esqueceram que a ciência política no que tem de mais nobre está, deveria estar, ao serviço dos cidadãos. Muitos esqueceram que liderar é mais que gerir e exige coragem, assertividade, visão social e estratégica! Temos agora uma oportunidade de, como disse o Presidente da Câmara de Azambuja, mudar o paradigma... estamos de acordo! Mudemos o paradigma e o Estado do Município! É tempo.... ----------

Azambuja, 25 de Janeiro de 2013 ----------

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda ----------

Daniel Claro" ----------

---- Seguidamente tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho fazendo para fazer a sua intervenção, a qual também se transcreve: ----------

---- "Sr. Presidente ----------

Srs. Deputados Municipais ----------

Sr. Presidente da Câmara ----------

Srs. Vereadores ----------

Ilustre público presente ----------

Srs. Representantes da comunicação social ----------

Minhas Senhoras ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

Meus Senhores ----------

Discute-se hoje o estado do município de Azambuja. ----------

O diagnóstico está feito: ----------

- O estado do município de Azambuja é muito mau, resultado do desgoverno praticado pela velha maioria socialista ----------
- Este resultado não nos surpreende, mas deixa-nos tristes e revoltados porque os avisos lançados pela CPFNT não faltaram ao longo destes anos. ----------

Minhas Senhoras ----------

Meus Senhores ----------

Falemos então verdade: ----------

- A verdade é que a velha maioria socialista que nos desgovernou hipotecou o futuro dos jovens, dos nossos filhos. Não tinham o direito de o fazer. Tinham o dever de o evitar.
- A verdade é que a velha maioria socialista que nos desgovernou hipotecou o futuro dos nossos seniores, dos nossos pais. Não tinham o direito de o fazer. Tinham o dever de o evitar. ----------

Minhas Senhoras ----------

Meus Senhores ----------

- A verdade é que a velha maioria socialista que nos desgovernou deixa um município gravemente endividado, limitando significativamente a capacidade de decisão de quem for eleito para reparar o desastre. Não tinham o direito de o fazer. Tinham o dever de o evitar. Tentam dizer-nos que a dívida foi contraída para realizar obra. Talvez, mas para que obra? Em boa parte para obras faraónicas, não prioritárias, de que o exemplo mais gritante é a praça de toiros. Que não fiquem dúvidas de que a CPFNT apoia de forma inequívoca as tradições mais arreigadas no nosso povo, mas que não fiquem também dúvidas de que nunca apoiaremos obras faraónicas que não são indispensáveis nem emergentes. Por outro lado consideramos que a dívida foi contraída por uma gestão ruinosa, para a qual fomos chamando a atenção, mas que rapidamente percebemos que estávamos a falar para uma maioria socialista desgovernada que nada queria ouvir. ----------

- A verdade é que a velha maioria socialista que nos desgovernou deixa um município em conflito com as empresas a quem cedeu os direitos na área do fornecimento de água e tratamento de resíduos sólidos, criando uma situação em que os munícipes vêm os seus custos agravados de forma indigna e, para cúmulo, não conseguem sequer entender as facturas que lhe são apresentadas. Não tinham o direito de o fazer. Tinham o dever de o evitar. ----------
- A verdade é que a velha maioria socialista que nos desgovernou não cumpriu nada do que se propôs na campanha eleitoral de 2009. Não tinham o direito de o fazer. Tinham o dever de cumprir as promessas realizadas: ----------
  - Na área social a única atitude que tomaram foi cortar nos apoios às IPSS's, num momento em mais era necessário apoiar os mais necessitados. ----------
  - Na área do turismo é o que se vê. Nada de novo e tudo a custas de despesa do município ----------
  - Quanto ao armazenamento mantém-se o apoio militante a soluções que, para todos excepto para a maioria socialista que nos desgoverna, são obviamente descaracterizadoras, esteticamente más e provocadoras de dificuldades numa via já sobrecarregada, como é o caso do espaço para camiões à entrada de Azambuja. ----------

Minhas Senhoras ----------

Meus Senhores ----------

Fica demonstrado à saciedade a situação infeliz do município em que vivemos e que tantos amamos. Muito mais se poderia dizer do desvario e da desgovernação, mas pensamos que o quadro geral está descrito. ----------

Estamos, felizmente, no fim de um ciclo, que não podemos esquecer, mas que queremos ultrapassar o mais rapidamente possível. ----------

Minhas Senhoras ----------

Meus Senhores ----------

Apontar o mau e listar as dificuldades é muito mais fácil do que propor respostas e soluções.

Por isso a CPFNT, a alternativa à maioria socialista que nos desgovernou, fez ao longo destes anos muitas propostas que teriam obviado muito do quadro atrás descrito.

Neste momento importa olhar para o futuro e para esse futuro que queremos melhor temos proposta concretas: ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

1. Um concelho solidário ----------

A área social tem de ser a prioridade das prioridades! Porque são precisas mais respostas sociais. Mas, também porque essas respostas sociais são indutoras de desenvolvimento económico e de criação de emprego diferenciado. ----------

2. Um concelho empreendedor ----------

Uma gestão municipal da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vai transformar a Câmara de Azambuja numa autarquia amiga do empresário e pró-activa, que vá atrás do investimento e que crie efectivas condições para a sua instalação. ----------

3. Um concelho com ensino de qualidade virado para o mercado de trabalho ----------

O investimento na educação das crianças e jovens é essencial para o desenvolvimento futuro do Concelho de Azambuja. A excelência do ensino no nosso concelho será uma preocupação efectiva. ----------

4. Um concelho com turismo de qualidade ----------

À nossa volta temos riqueza que não acaba. Uma delas, talvez a maior, é a Lezíria e o Tejo. Não podemos continuar de costas voltadas para o muito que a Lezíria e o Rio Tejo nos podem dar. Não esquecendo outros pontos de referência do nosso património como o vinho de qualidade em Aveiras de Cima, o palácio de Manique do Intendente, o castro de Vila Nova de São Pedro e outros. ----------

Turismo Natureza, Desporto Aventura e Turismo Sénior são palavras que temos de associar urgentemente à Nossa Terra. ----------

5. Um concelho amigo do ambiente ----------

A Nossa Terra tem de distinguir-se não só pela qualidade de vida, mas também pela qualidade ambiental. Temos de ser um Concelho Amigo da Natureza e em que todos trabalhamos para reduzir o nosso impacto negativo no ambiente. ----------

6. Um concelho virado para o desporto, cultura e lazer ----------

A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA quer garantir que todas as famílias do Concelho possam ter condições e espaços para confraternizarem, brincarem e serem felizes. ----------

7. Um concelho seguro ----------

A segurança é um factor essencial e determinante para que as pessoas usufruam na plenitude

de tudo o que as suas terras lhes possam dar. ----------

8. Um concelho com uma câmara amiga das pessoas ----------

Vamos transformar a Câmara de Azambuja numa autarquia ao serviço das pessoas. ----------

Vamos implementar estas propostas porque somos a alternativa, porque queremos e porque devemos isso aos nossos filhos, aos nossos pais e a nós próprios. ----------

Vamos lutar, sem quartel, por uma Azambuja onde viver seja bom e desejável. ----------

Azambuja, 25 de Janeiro de 2013 ----------

Os Deputados Municipais da Coligação P.F.N.T. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, da CDU, fez a seguinte intervenção: ----------

---- "ESTADO DO MUNICÍPIO (25/1/2013) ----------

É triste e deprimente o estado a que chegou o município, mas muito divertido proceder à sua análise. Vejamos porquê: ----------

1 – Por mais que se queira estabelecer um paralelo entre o estado da nação e do município de Azambuja, penso, com o devido respeito, que não há comparação possível. ----------

2 – Na verdade, os desgovernos do nosso país, durante os últimos 10 anos, levaram Portugal à beira da banca rota, da qual ainda não estamos livres. Isto porque deixaram roubar bancos, medrar sucateiros e outros pantomineiros do arco do poder instalado há 30 anos e, ainda, engordaram dezenas de PPP com milhões de euros, como quem engorda suínos ou frangos de aviário. A crise internacional tem sido apenas uma escapatória para justificarem a injustificada incompetência e conivência de muitos políticos, uns mal preparados tecnicamente e outros desonestos. ----------

3 – No município de Azambuja não consta que tenha havido engorda de recos ou de capões, mas também é notória a falta de gabarito para gerir as políticas municipais, o que permitiu o regabofe que levou a uma dívida da ordem dos 27 ou 28 milhões de euros. ----------

4 – Não vamos ao ponto de dizer que toda a dívida resultou de erros políticos, mas uma boa parte da mesma é a consequência de uma gestão irracional, que concebeu e levou à prática a concessão de serviços e a criação da EMIA, uma empresa que se tem limitado a criar dívida para dirigir obras da competência dos órgãos eleitos (câmara e assembleia municipal). ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

5 – Não tenho dúvidas em incluir na má gestão as deliberações da maioria dos vogais socialistas nesta Assembleia Municipal, pois nunca os ouvi levantar a voz a colocar dúvidas antes de votações de documentos de gestão importantes, limitando-se a votar como **abelhas amestradas**, o que demonstra um enfeudamento ao executivo camarário ou à voz do dono, como sói dizer-se. ----------

6 – Autarcas que nunca emitiram uma opinião nesta assembleia, acerca de nadica de nada (expressão brasuca) por vezes põem-se em bicos de pés apenas para insultar quem se manifesta, respeitosamente, sobre os mais complexos assuntos municipais. ----------

7 – O despautério já chegou ao ponto de algumas **abelhas amestradas** mandarem calar os intervenientes incómodos e terem chamado salazarista a quem opinou ter sido oportuno e apropriado que as Juntas de Freguesia eleitas tivessem recorrido a plenários de cidadãos, abaixo-assinados ou referendos para exercerem os seus direitos de cidadania e defenderem a manutenção das suas Freguesias face ao ataque da RATA do Relvas ----------

8 – Será que estes autarcas provocadores não se lembram que os insultados poderão responder e chamar nazi a quem insulta? Será que sabem distinguir entre direito de cidadania e obscurantismo salazarista? ----------

9 – Terão conhecimento que, em muitas freguesias, foram utilizados métodos com os sugeridos pelo signatário, para manter a autonomia das suas freguesias? Saberão que foi através de abaixo-assinados que as mães de Bragança, há cerca de meia dúzia de anos, conseguiram afastar da proximidade dos seus maridos, senhoras brasileiras de porte duvidoso? ----------

10 – Voltando ao estado do município, em especial em termos de administração, conforme já referimos anteriormente, a concessão de serviços devia ter resultado na requalificação dos trabalhadores do quadro do município e não na contratação de mais de uma centena de outros, para serviços administrativos e assessores, bem como na redução do número vereadores a tempo inteiro. ----------

11 – A construção de uma Praça de Touros (600.000€) e a compra da sede Rancho Folclórico

de Manique (26.000€), localidade onde o município tem outras instalações disponíveis que podia emprestar, são apenas dois exemplos de como se desbarata o dinheiro. ----------

12 – Chegou-se a uma situação de não haver uns trocos para reparar as Piscinas de Azambuja e o Mercado Diário de Manique, nem sequer para comprar uma bateria para uma máquina retroescavadora em serviço no alto concelho (em meados de 2012), optando-se por fazer deslocar uma viatura ligeira a partir de Azambuja, durante vários dias, para colocar a dita máquina a trabalhar. ----------

13 – A somar a outros desvarios cometidos ao longo dos últimos 11 anos, iremos procurar analisar algumas soluções encontradas para sacar dinheiro aos munícipes do nosso concelho: para já, através do IMI, a seguir o aumento das tarifas de recolha de resíduos sólidos, cobrada junto ao consumo de águas. ----------

14 – Sobre o IMI, já nos apercebemos, por uma pequena amostragem feita na Freguesia de Manique do Intendente, que irão verificar-se aumentos médios de 50% a 100%, nos anos de 2013 e 2014. No Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL), aprovado em 3/10/2012, no Quadro III – Evolução Previsional das Receitas e Despesas, indica-se uma receita de IMI no valor 2.137.000€ para 2011; 2.154.000€ para 2012; e 2.541.000€ para 2013. Mas a receita, em 2013, irá ser muito superior, a menos que os munícipes não possam pagar o que lhes vai ser exigido.

15 – Os custos para os proprietários de prédios urbanos vão crescer brutalmente, porque a câmara assim o quis ou porque não fez o trabalho de casa como lhe competia. Se tivesse mandado fazer umas simulações em conformidade com a lei de avaliação geral do património, por 1 ou 2 dos cerca de 30 técnicos que tem ao seu serviço, não teria feito aprovar a taxa de 0,4% pela AM, em 19/9/2012, sem qualquer contemplação pela desertificação da maioria das freguesias do concelho. ----------

16 – Na verdade, as câmaras municipais deveriam ter algum cuidado na escolha da taxa a aplicar, bem como ponderar o estabelecimento de descontos, até 30%, em localidades ou freguesias em desertificação, como previsto na lei. Em alguns municípios com maior sensibilidade social fizeram-no: desenvolveram estudos e simulações, em conformidade com os critérios de avaliação e dos índices de desertificação constantes nos censos de 2011. ---------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

17 – Por estes censos, as pessoas atentas sabem que no concelho de Azambuja só três freguesias viram aumentar a sua população: Vila Nova da Rainha, 30%; Azambuja, 19%; Av. Cima, 2,6%. As restantes freguesias desceram: Maçussa, 23,3%; Manique 18%; Vale Paraíso, 15,4%; Vila N.S. Pedro, 5,5%; Alcoentre 3%; Aveiras Baixo, 2,6%. ----------

18 – Entre outros, os municípios de V. Franca de Xira, Chamusca, Constância, Coruche e Caldas da Rainha, aplicaram taxas de 0,3%; Salvaterra de Magos, Peniche e Oeiras aplicaram 0,35%.

19 – Outra área em que a CMA demonstra falta de capacidade de gestão, pode ser observada no PAEL, em especial no Quadro de dívidas de curto prazo, no montante global de 3.948.997,48€, englobando cerca de 1.000 credores, dívida esta que serviu para solicitar novo empréstimo bancário com aval do Estado. ----------

20 – No quadro do PAEL atrás referido, verificam-se dívidas insignificantes, por exemplo: -------

a) 59 faturas em dívida são inferiores a 100€ (uma delas de 0,02€) o que em média se cifra em cerca de 3.450€ (69 x 50€); ----------

b) 46 situam-se entre 101€ e 200€, no montante de 6.900€; ----------

c) 33 entre 201€ e 300€, no valor de 8.250€; ----------

d) 42 entre 301 e 500€ = 16.800€ (42 X 400). ----------

21 – No total são 35.400€ de dívidas insignificantes, o que equivale aos encargos com um vereador a tempo inteiro, apenas durante um ano (ordenado de 2.000€ X 14 meses, mais encargos sociais). Se houvesse menos 2 vereadores a tempo inteiro, o que é comungado por muitos autarcas das diversas sensibilidades políticas, a redução de custos seria de 70.800€ anuais, o que em 8 anos somava menos 566.400€de despesa. ----------

22 – Se a CMA tivesse requalificado os seus trabalhadores quando concessionou serviços, teria menos cerca de 130 trabalhadores no ativo, durante o tempo médio de 8 anos, o que equivalia a uma poupança de menos 19.364.800€ (1.000€ em média por mês X 14 meses X 8 anos). Que fique bem vincado que o nosso lema não é dispensar trabalhadores. ----------

23 – Sei que esta análise mais profunda do estado do município poderá levar-me a ouvir mais insultos. Por que alguns dos autarcas do regime (PS), apesar de nada opinarem, gostam de ser ouvidos pelos seus pares para justificarem continuar como deputados municipais e, se um dia chegarem a vereadores, farão gala em serem tratados por ministros municipais. ----------

24 – O carapuço serve apenas a quem tiver sítio para o enfiar, porque sei que muitos eleitos locais (de todos os partidos) não andam à procura de penachos nem de empregos para a família. Isto é apenas mais um desabafo de um autarca que já foi gozado por ser cocho e que, uns anos depois, já passou por outras enfermidades complicadas, mas que, felizmente, ainda não se considera demente, ao ponto de não poder responder diplomática e respeitosamente a algumas deselegâncias de certos filhos de mãe e pai respeitados. ----------

António José Rodrigues – vogal da CDU ----------
25 de Janeiro de 2013 ----------
---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Lúcio Costa dizendo que, depois de ouvir as três intervenções anteriores, se fica com a sensação que o pior Concelho do País é o de Azambuja. Os autarcas do "regime" referidos são os que o povo elegeu mediante o compromisso do PS em modernizar o Concelho e tem-no feito, tendo apostado fortemente na expansão e dinamização de todas as áreas, em especial na área da educação e na área social. Terminou dizendo que a Câmara tem, na Assembleia Municipal, o apoio dos Deputados do PS à continuidade dos projetos desenvolvidos desde 2002 até agora. ----------
---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Relativamente às intervenções anteriores, referiu que em relação à do PS não iria fazer qualquer comentário, apenas agradecia o apoio reiterado. ----------
Sobre a intervenção do BE disse que o Sr. Deputado Municipal, Daniel Claro tinha dito, em linguagem diferente, aquilo que ele próprio já tinha referido em termos de estratégia para o Concelho, sendo que as posições de ambos não seriam assim tão díspares. ----------
Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal António Godinho disse que, com as devidas desculpas, a mesma não lhe merecia qualquer tipo de comentário até porque se tratava de um panfleto político, quer na parte que diz respeito às críticas quer na parte das propostas. ----------
Relativamente à CDU, para além da fixação do Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues em pôr no desemprego os Senhores Vereadores Silvino Lúcio e Ana Ferreira, apenas se limitou a referir alguns aspetos, em termos do passado, que já foram explicitados e explicados até à exaustão nos mais diversos fóruns, não lhe parecendo que possam contribuir para uma estratégia do Concelho. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra dizendo que ficou aqui bem claro quais são as opções que estão colocadas. Passada a espuma dos argumentos, uns mais folclóricos que outros, ficou explicito, para todas as pessoas presentes na sala, aquilo que é necessário fazer e, sobretudo, aquilo que se pode fazer. Acrescentou que da próxima vez, à semelhança do que já tinha sido feito na sessão anterior do estado do município, o BE irá distribuir a sua intervenção por todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara para evitar que o líder da bancada Socialista não entenda algumas coisas que disse e para que ao Sr. Presidente da Câmara não lhe passe despercebido algumas das questões mais importantes do seu discurso. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio a seguir dizendo que se o facto de levantar os problemas e propor soluções é fazer propaganda política e campanha eleitoral, ele assumia perfeitamente a situação. ----------

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Disse que não iria fazer comentários ao que foi dito por ser da inteira responsabilidade dos intervenientes. Desejava boa sorte para a gestão autárquica do município nos meses que restam até às eleições. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio a seguir dizendo que ambas as discussões do estado foram benéficas para o Concelho porque, certamente, algumas das opiniões das oposições irão ser aproveitadas pelo Executivo Camarário, sendo certo, também, que o Município irá corresponder às espectativas dos eleitores.

---- O Sr. Deputado Herculano Martins quis intervir também dizendo ser de uma freguesia, cuja população está envelhecida, os jovens estão a abandoná-la, onde as pessoas se veem "negras" para pagar a água, a luz, o IMI, a taxa de ligação de esgotos, onde a saúde está pelos dias da amargura, onde a agricultura está de rastos, onde o pequeno comércio está a encerrar e onde se torna muito difícil alguém lá se aguentar. ----------

---- Interveio a seguir o Sr. Presidente da Assembleia dando por concluídas as intervenções. ----------

APROVAÇÃO DA MINUTA

---- A Sra. D. Vera Bás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

----Esta ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

ENCERRAMENTO

----Eram vinte e três horas e dez minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. ----------

---- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------

António Santos Cardoso